

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

**Demonstrações financeiras intermediárias
em 30 de setembro de 2016**

Demonstrações financeiras intermediárias

Balancos patrimoniais intermediários.....	03
Demonstrações intermediárias do resultado.....	04
Demonstrações intermediárias do resultado abrangente.....	05
Demonstrações intermediárias das mutações do patrimônio líquido.....	06
Demonstrações intermediárias dos fluxos de caixa.....	07
Demonstrações intermediárias do valor adicionado.....	08

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias

1	Informações gerais.....	9
2	Desempenho operacional (*).....	12
3	Das concessões de serviço público de energia elétrica.....	13
4	Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias.....	14
5	Caixa e equivalentes de caixa.....	15
6	Clientes.....	15
7	Tributos a recuperar.....	16
8	Direito de ressarcimento – CCC / CDE.....	18
9	Almoxarifado.....	18
10	Imobilizado.....	19
11	Intangível.....	21
12	Fornecedores.....	21
13	Financiamentos e empréstimos.....	22
14	Tributos e contribuições sociais a recolher.....	24
15	Encargos setoriais.....	24
16	Obrigações estimadas.....	25
17	Provisão para contingências.....	25
18	Benefícios pós-emprego.....	32
19	Remuneração aos acionistas.....	32
20	Adiantamento para futuro aumento de capital.....	33
21	Outros passivos.....	34
22	Imposto de renda e contribuição social.....	34
23	Patrimônio líquido.....	36
24	Receita operacional líquida.....	36
25	Custos e despesas operacionais.....	37
26	Resultado financeiro.....	38
27	Remuneração do pessoal-chave da administração.....	38
28	Instrumentos financeiros.....	38
29	Estimativa do valor justo.....	39
30	Gestão de capital.....	40
31	Gestão de risco financeiro.....	41
32	Análise de sensibilidade.....	43
33	Saldos e transações com partes relacionadas.....	44
34	Compromissos operacionais de longo prazo.....	45
35	Seguros.....	47

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Balancos patrimoniais intermediários em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais

ATIVO	Nota	30/09/2016	31/12/2015	PASSIVO E PASSIVO A DESCOBERTO	Nota	30/09/2016	31/12/2015
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	102.260	5.190	Fornecedores	12	126.520	232.394
Clientes	6	128.414	86.540	Financiamentos e empréstimos	13	317.520	339.120
Tributos a recuperar	7	8.138	1.265	Tributos e contribuições sociais a recolher	14	10.546	33.146
Direitos de ressarcimento - CCC / CDE	8	16.740	46.930	Obrigações estimadas	16	16.461	12.871
Almoxarifado	9	28.413	29.318	Encargos setoriais	15	92	2.416
Outros ativos		4.796	1.838	Provisões para contingências	17	32.292	47.080
Total do circulante		<u>288.761</u>	<u>171.081</u>	Benefícios pós-emprego	18.2	344	660
				Remuneração aos acionistas	19	82.747	74.928
				Outros passivos	21	54.961	28.384
				Total do circulante		<u>641.483</u>	<u>770.999</u>
				NÃO CIRCULANTE			
				Fornecedores	12	18.920	18.920
				Financiamentos e empréstimos	13	2.334.333	2.074.115
				Encargos setoriais	15	7.052	4.333
NÃO CIRCULANTE				Benefícios pós-emprego	18.2	1.262	1.262
Tributos a recuperar	7	33.659	33.659	Adiantamento para futuro aumento de capital	20	479.240	120.505
Almoxarifado	9	171.076	142.196	Provisão para passivo atuarial	18.1	7.112	7.112
Depósitos judiciais	17	5.684	5.048	Total do não circulante		<u>2.847.919</u>	<u>2.226.247</u>
Imobilizado	10	1.380.855	1.432.885				
Intangível	11	2.377	1.749	Total do passivo		<u>3.489.402</u>	<u>2.997.246</u>
Total do não circulante		<u>1.593.651</u>	<u>1.615.537</u>				
				PASSIVO A DESCOBERTO			
				Capital social	23.1	845.510	845.510
				Reserva de lucros	23.2	2.596	2.596
				Ajustes de avaliação patrimonial		(41.026)	(41.026)
				Prejuízos acumulados		(2.414.070)	(2.017.708)
				Total do passivo a descoberto		<u>(1.606.990)</u>	<u>(1.210.628)</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>1.882.412</u>	<u>1.786.618</u>	TOTAL DO PASSIVO E PASSIVO A DESCOBERTO		<u>1.882.412</u>	<u>1.786.618</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações intermediárias do resultado

Períodos de três e de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

	Nota	30/09/2016	3º trimestre de 2016	30/09/2015	3º trimestre de 2015
Receita operacional líquida	24	475.235	231.396	301.085	126.121
Custos e despesas operacionais	25	(554.842)	(212.949)	(417.064)	(112.918)
Energia elétrica comprada para revenda		(174.296)	(79.735)	(90.727)	5.388
Encargos de uso da rede de transmissão		(32.410)	(11.741)	(28.554)	(10.489)
Pessoal		(88.755)	(34.294)	(84.561)	(36.757)
Material		(68.897)	(24.725)	(69.232)	(22.412)
Serviço de terceiros		(45.649)	(13.157)	(44.260)	(14.140)
Depreciação e amortização		(54.616)	(18.369)	(58.136)	(18.251)
Combustíveis para produção de energia		(124.279)	(40.518)	(137.577)	(53.001)
(-) Recuperação de despesas - subvenção de combustíveis		89.725	28.897	128.589	49.362
Outros		(55.665)	(19.307)	(32.606)	(12.618)
Resultado do serviço de energia elétrica		(79.607)	18.447	(115.979)	13.203
Outras receitas/despesas		61	(1)	(372)	(668)
Resultado financeiro	26	(316.816)	(101.919)	(246.767)	(83.754)
Receita financeira		7.730	2.839	663	134
Despesa financeira		(324.546)	(104.758)	(247.430)	(83.888)
Resultado operacional antes dos impostos		(396.362)	(83.473)	(363.118)	(71.219)
Prejuízo do período		(396.362)	(83.473)	(363.118)	(71.219)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações intermediárias do resultado abrangente
Períodos de três e de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

	<u>30/09/2016</u>	<u>3º trimestre de 2016</u>	<u>30/09/2015</u>	<u>3º trimestre de 2015</u>
Prejuízo do período	<u>(396.362)</u>	<u>(83.473)</u>	<u>(363.118)</u>	<u>(71.219)</u>
Ganhos (perdas) atuariais do período	-	-	-	-
Total do resultado abrangente	<u>(396.362)</u>	<u>(83.473)</u>	<u>(363.118)</u>	<u>(71.219)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações intermediárias das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) em 30 de setembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	845.510	(31.817)	2.596	(1.369.341)	(553.052)
Prejuízo do período	-	-	-	(363.118)	(363.118)
Saldo em 30 de setembro de 2015	845.510	(31.817)	2.596	(1.732.459)	(916.170)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	845.510	(41.026)	2.596	(2.017.708)	(1.210.628)
Prejuízo do período	-	-	-	(396.362)	(396.362)
Saldo em 30 de setembro de 2016	845.510	(41.026)	2.596	(2.414.070)	(1.606.990)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações intermediárias dos fluxos de caixa
Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

	30/09/2016	30/09/2015
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado antes dos impostos	(396.362)	(363.118)
Prejuízo do período	(396.362)	(363.118)
Ajustes no resultado por:		
Depreciação e amortização	58.408	60.807
Baixa de ativo imobilizado e intangível	8	764
Encargos financeiros apropriados	304.951	213.889
Encargos financeiros sobre dividendos não distribuídos	7.819	6.295
Variações monetárias e cambiais líquidas	(2.730)	372
Provisões para contingências	9.378	9.024
Total de ajustes	377.834	291.151
Variações nos ativos e passivos operacionais:		
(Aumento) redução em clientes	(41.874)	18.205
Aumento em tributos a recuperar	(6.873)	(6.648)
(Aumento) redução em cauções e depósitos vinculados	(636)	2.077
Redução em direito de ressarcimento	32.811	37.164
Aumento em almoxarifado	(27.975)	(56.881)
Aumento em outros ativos	(2.958)	(2.744)
Redução em fornecedores	(17.789)	(121.282)
(Redução) aumento em tributos e contribuições sociais a recolher	(22.600)	14.631
Aumento em obrigações estimadas	3.590	4.240
Aumento em encargos setoriais	395	6.366
Aumento em outros passivos	138	3.618
Total de variações	(83.771)	(101.254)
Pagamento de encargos financeiros	(12.374)	(22.884)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(114.673)	(196.105)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de ativo imobilizado	(5.918)	(18.272)
Aquisições de ativo intangível	(1.096)	(31)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(7.014)	(18.303)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingresso de adiantamento para futuro aumento de capital	241.824	98.794
Ingresso de financiamentos e empréstimos	-	177.956
Amortização do principal de financiamentos e empréstimos	(23.067)	(82.819)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	218.757	193.931
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	97.070	(20.477)
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	102.260	5.240
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	5.190	25.717
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	97.070	(20.477)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações intermediárias do valor adicionado
Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e 2015
Em milhares de reais

	30/09/2016	30/09/2015
RECEITAS		
Suprimento de energia elétrica	528.094	331.520
Outras receitas operacionais	2.972	3.058
	<u>531.066</u>	<u>334.578</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (INCLUI ICMS E IPI)		
Energia elétrica comprada para revenda	(174.296)	(90.727)
Serviços de terceiros	(45.649)	(44.260)
Materiais	(68.897)	(69.232)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(124.279)	(137.577)
(-) Recuperação de despesas - subvenção combustíveis	89.725	128.589
Outros custos operacionais	(85.201)	(59.149)
	<u>(408.597)</u>	<u>(272.356)</u>
VALOR ADICIONADO NEGATIVO BRUTO	<u>122.469</u>	<u>62.222</u>
Quotas de reintegração (depreciação e amortização)	<u>(54.616)</u>	<u>(58.136)</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (NEGATIVO) PRODUZIDO PELA ENTIDADE	<u>67.853</u>	<u>4.086</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	7.730	663
Outras receitas - aluguéis	17	15
	<u>7.747</u>	<u>678</u>
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	<u>75.600</u>	<u>4.764</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Colaboradores	72.378	69.213
Governo	77.940	53.976
Agentes financeiros e aluguéis	321.644	244.693
Retenção de prejuízo do período	(396.362)	(363.118)
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	<u>75.600</u>	<u>4.764</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE ("Companhia" ou "Eletrobras CGTEE"), é uma sociedade de economia mista integrante do grupo controlado pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras ("controladora" ou "Eletrobras"). Foi constituída em 28 de julho de 1997, e está inscrita no CNPJ sob o nº 02.016.507/0001-69.

A Companhia tem sede e Foro na cidade de Porto Alegre - capital do Estado do Rio Grande do Sul, podendo, a critério da Diretoria, criar sucursais, filiais, agências e escritórios nesta mesma cidade ou em qualquer outra parte do território nacional ou estrangeiro, observada a legislação vigente.

A Companhia tem por objeto social, conforme o seu estatuto:

- (a) realizar estudos, projetos, construções e operações de usinas produtoras de energia elétrica, de instalações de transmissão e de transformação de energia elétrica e serviços correlatos, inclusive sistemas de informática e a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades, podendo participar de outras sociedades para a realização de seus objetivos sociais, observada a legislação vigente;
- (b) desenvolver atividades associadas à prestação de serviços de produção, transformação e transmissão de energia elétrica, inclusive: transmissão de dados através de suas instalações, observada a legislação pertinente; prestação de serviços técnicos de planejamento, operação, manutenção de instalações elétricas, reparos e conservação de peças e equipamentos de terceiros; serviços de otimização de processos energéticos e instalações elétricas de autoprodutor e produtor independente, com a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades; cessão onerosa de faixas de servidão de linhas e áreas de terra exploráveis de usinas e reservatórios, visando a maior eficiência no uso da eletricidade;
- (c) integrar grupos de estudo, consórcios, grupos de sociedade ou quaisquer outras formas associativas com vista a pesquisas de interesse do setor energético, à formação de pessoal técnico a ela necessário, bem como à prestação de serviços de apoio técnico, operacional, administrativo e financeiro a outras empresas;
- (d) associar-se, mediante prévia e expressa autorização do Conselho de Administração da Eletrobras, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedade, com ou sem aporte de recursos, no Brasil ou no exterior, com ou sem poder de controle, que se destinem à exploração da produção de energia elétrica sob o regime de concessão ou autorização, direta ou indiretamente;
- (e) comercializar, mediante prévia e expressa autorização do Conselho de Administração da Eletrobras, direitos de uso ou de ocupação de torres, instalações eletroenergéticas e prediais, equipamentos e instrumentos e demais partes que possam constituir recurso de infraestrutura de telecomunicações da Empresa;
- (f) principal atividade operacional:

Através do Contrato de Concessão nº 067, firmado com a União Federal, através da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a Companhia detém concessão de geração para as seguintes usinas termelétricas: Usina Presidente Médici, Fases A e B, localizada no município de Candiota; Usina de São Jerônimo, localizada no município de São Jerônimo; e Usina Nutepa, localizada no Município de Porto Alegre, todas no Estado do Rio Grande do Sul. O referido Contrato de Concessão teve vigência até 7 de julho de 2015. O parque gerador, sob concessão, da Companhia possui potência instalada de 490 MW. Estas usinas serão afetadas pela Lei nº 12.783/2013, conforme a Nota 3. Além da concessão citada, detém autorização, por meio da Portaria MME nº 304, de 17 de

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

setembro de 2008, para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica, mediante a implantação da Central Geradora Termelétrica denominada UTE Candiota III (Fase C), localizada no Município de Candiota, com capacidade instalada de 350 MW. A nova usina foi implantada e entrou em operação comercial em 1º de janeiro de 2011. A energia gerada pela nova usina foi comercializada no Leilão de Energia, Edital ANEEL 002-2005, realizado em 16 de dezembro de 2005, para suprimento a 31 distribuidoras de todo o País, pelo período de 15 anos, de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2024. Esta usina não será afetada pela Lei nº 12.783/2013.

Com a instalação da usina Candiota III (Fase C), a Companhia passou a contar com potência instalada total de 840 MW, cuja geração efetiva atende a despacho do ONS (Operador Nacional do Sistema).

Situação financeira

A Companhia apresentou, em 30 de setembro de 2016, um prejuízo de R\$ 396.362, ante um prejuízo de R\$ 363.118 em 30 de setembro de 2015. Os resultados apresentados no período determinaram um passivo a descoberto em R\$ 1.606.990 em 30 de setembro de 2016 (R\$ 1.210.628 em 31 de dezembro de 2015).

Os resultados apresentados em 30 de setembro de 2016 tiveram como principais causas:

- A receita operacional líquida apresentou um crescimento de 57,8% em relação a setembro de 2015. Este acréscimo se deu em função da entrada de receita extraordinária oriunda da reavaliação do valor da garantia física para o 1º leilão, que havia sido reduzida em caráter liminar, conforme processo nº 5000593-10.2015.4.04.7100, descrito na Nota 17.c. Com a redução da garantia física, a Companhia ficaria menos exposta a penalidades em função de dificuldades na geração de energia na UTE Candiota III – Fase C, embora teria uma redução na receita fixa dos contratos. Com o restabelecimento da garantia original (292 MW), a Companhia recebeu, em agosto, as diferenças na receita do 1º leilão não recebidas anteriormente.

- Aumento dos custos e despesas operacionais em 33,0% em comparação ao mesmo período de 2015. As principais variações ocorreram nos gastos com compra de energia, que apresentaram acréscimo de 92,1% em comparação ao mesmo período de 2015, em função da contabilização de estorno, em 2015, de provisão efetuada no exercício de 2014 para ressarcimento às distribuidoras clientes, que não se concretizou totalmente. O custo com combustível carvão, utilizado na produção de energia, apresentou um acréscimo de R\$ 25.566 em relação ao mesmo período de 2015, devido a redução no percentual de reembolso do custo de carvão utilizado na Fase C, no período atual. Outro ponto que contribuiu para o acréscimo nas despesas operacionais foi o aumento nos gastos em processos judiciais trabalhistas, um incremento de R\$ 21.248 em relação a setembro de 2015.

- O resultado financeiro apresentou um déficit de R\$ 316.816, representando um aumento de 28,4% do déficit verificado em setembro de 2015. Este resultado foi impulsionado pelos encargos financeiros sobre a dívida, que tiveram uma elevação de 33,7% em relação a setembro de 2015, em função do crescente saldo de empréstimos.

O total do passivo circulante, em 30 de setembro de 2016, foi de R\$ 641.483 (R\$ 770.999 em 31 de dezembro de 2015). Deste total, R\$ 400.267 (R\$ 414.048 em 31 de dezembro de 2015) são referentes ao financiamento da UTE Candiota III (Fase C), da revitalização da UTE Candiota II (Fase B), dividendos não distribuídos e demais empréstimos para custeio contraídos junto a Eletrobras.

Para as principais atividades de investimentos, como a revitalização da Fase B da UTE Presidente Médici e do termo de ajustamento de conduta (TAC) assumido com o IBAMA, a Companhia conta com o apoio financeiro da Eletrobras, através do financiamento destas obras via empréstimos com recursos da RGR e pela integralização de recursos destinados ao aumento de capital social (AFAC).

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Diante do quadro atual, a Companhia mantém tratativas permanentes junto a *holding* para viabilizar ações que possibilitem a sua recuperação técnica e financeira, onde neste sentido houve a aprovação do Plano de Negócios pelo Conselho de Administração em reunião realizada em Brasília no dia 29 de setembro de 2014, destacando-se as seguintes ações:

- Usinas de São Jerônimo e Nutepa: estas unidades estão com operação comercial suspensa (DTPJ: UG1 em 02/12/2011, UG2 e UG3 em 11/07/2014 – DTPP: em 06/10/2011). No momento estão em processo de desativação, devido ao término de vida útil, tecnologia obsoleta, baixíssimo rendimento e por consequência, alto custo operacional. Tais unidades já estão com saldo residual contábil zero;
- Usina Presidente Médici (Fases A e B): necessitarão de recursos para revitalização e adequação ambiental (TAC), buscando o cumprimento dos contratos de venda de energia vinculados a elas. Parte dos contratos finalizou em 2015 e parte finalizará em 2016. A Fase A, conforme o TAC, deverá ser desativada após 31 de dezembro de 2017. A Fase B deverá operar até 2032, estando com protocolo junto à ANEEL de renovação da concessão. Os investimentos previstos e realizados para conclusão dos projetos em curso e recuperação da potência nominal das unidades geram perspectivas de equilíbrio econômico-financeiro para a Companhia, pois determinarão uma maior disponibilidade de geração de energia;
- UTE Candiota III (Fase C): o comprometimento de parte da receita da UTE Candiota III (Fase C), previsto nos contratos de venda de energia, quando há indisponibilidade da usina pelo não atendimento ao despacho do ONS, foi o principal fator de desequilíbrio em 2015 e primeiros meses de 2016. A Companhia obteve junto a ANEEL, em 28 de janeiro de 2014 a revogação da “Clausula 14”, dos referidos Contratos estando a mesma homologada através da Resolução ANEEL 599/2014. A revisão dos parâmetros técnicos desta unidade, de modo a mitigar eventuais penalidades, já está concluída junto a ANEEL, permanecendo ações da Companhia para ter seus efeitos aplicados integralmente em 2016, o que em conjunto com a melhoria de performance já verificada, sinaliza maior equilíbrio de receita para o próximo exercício.
- Cabe ainda destacar que a Eletrobras CGTEE está tendo todo o suporte financeiro da *holding* para execução de suas atividades operacionais, bem como para seus investimentos futuros necessários.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2 Desempenho operacional (*)

A geração total de energia elétrica da Eletrobras CGTEE até setembro de 2016 foi de 1.802,763 GWh (1.786,950 GWh até setembro de 2015). A geração das Fases A e B da usina Presidente Médici ficou em 587,498 GWh (473,509 GWh até setembro de 2015). Na Fase C a geração atingiu a marca de 1.215,266 GWh (1.313,441 GWh até setembro de 2015). Nas Usinas de São Jerônimo e NUTEPA, não houve geração no decorrer de 2016. Houve acréscimo na geração até setembro de 2016 em cerca de 0,885%, comparando-se o mesmo período do ano anterior. O incremento é resultante de ações implementadas visando o aumento da eficácia e da eficiência dos equipamentos.

Em função do volume de venda dos contratos de energia, associado com a entrada em eficácia dos novos valores de garantia física, válidos desde janeiro de 2008, e os problemas técnicos enfrentados pelas usinas, a Companhia vinha sofrendo penalidades por insuficiência de lastro perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Desde fevereiro de 2009, para solucionar este problema a Companhia vem adquirindo sistematicamente montantes de energia, através da participação em leilões de venda de energia, evitando a exposição diante da CCEE. As aquisições de energia foram mantidas até setembro de 2016, prevendo a recuperação e manutenção dos índices de disponibilidade. Até setembro de 2016 foram adquiridos 887,895 GWh em leilões de compra de energia.

Diante destas ações, a Companhia vem evitando penalidades, porém, comprometendo seu desempenho econômico devido a comparação entre o custo da energia adquirida (80 MW médios à R\$151,27 e 55 MW médios à R\$208,36) e o valor desta energia no MCP (preço de liquidação das diferenças – PLD). Até setembro de 2016 o PLD (Submercado Sul) oscilou entre R\$ 30,42/MWh e R\$ 140,35/MWh, ficando com a média de R\$ 68,93/MWh.

A Disponibilidade Geral das Unidades da Eletrobras CGTEE (DISPGR) no período entre 01/janeiro a 30/setembro de 2016 foi de 42,99% na UTE Presidente Médici e de 71,88% na UTE Candiota III, totalizando uma disponibilidade da Eletrobras CGTEE de 57,31% (54,50% no mesmo período do ano anterior). O DISPGR é calculado com base na comparação entre os índices de TEIF e TEIP verificados mensalmente pelo ONS e os índices TEIF e TEIP de referência.

A disponibilidade de 2016 ficou superior ao mesmo período de 2015 em função da melhora de desempenho da UTE Presidente Médici.

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3 Das concessões de serviço público de energia elétrica

A Companhia detém as seguintes concessões e autorizações de serviço público de energia elétrica junto à ANEEL, cujo detalhamento, capacidade instalada e prazos de vencimentos estão listados a seguir:

Usinas termelétricas	Capacidade instalada (MW) (iii)	Data da concessão / autorização	Data de encerramento
UTE Presidente Médici (Fases A e B) (i)	446	08/07/1995	07/07/2015
UTE São Jerônimo (i)	20	08/07/1995	07/07/2015
UTE Nutepa (i)	24	08/07/1995	07/07/2015
UTE Candiota III (Fase C) (ii)	350	18/07/2006	17/07/2041

(i) Contrato de Concessão nº 067/2000, ANEEL.

(ii) Autorização conforme Portaria MME nº 304/2008 de 17 de setembro de 2008.

(iii) Dados não auditados pelo auditor independente.

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal emitiu a Medida Provisória nº 579, regulamentada pelo Decreto 7.805, de 14 de setembro de 2012, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, a redução dos encargos setoriais, a modicidade tarifária e outras providências. As medidas adotadas pelo Governo Federal visam, também, beneficiar os consumidores de energia elétrica através da redução de três componentes tarifários: custo de geração, custo de transmissão e encargos setoriais. Esta Medida Provisória foi convertida em 11 de janeiro de 2013 na Lei 12.783/2013 e passou a ser regulamentada pelo Decreto 7.891/2013, emitido em 23 de janeiro de 2013.

As concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica que não forem prorrogadas por meio da aceitação das condições apresentadas pelo Poder Concedente, materializada pela assinatura de Termo Aditivo aos atuais contratos de concessão, nos termos da Lei nº 12.783/2013, serão licitadas quando do encerramento do prazo das concessões, na modalidade leilão ou concorrência, por até trinta anos.

A prorrogação prevista depende da aceitação expressa dos critérios de remuneração, alocação da energia e padrões de qualidade, constantes na Lei, estando prevista a indenização dos ativos ainda não amortizados ou depreciados com base no valor novo de reposição - VNR.

O contrato de concessão nº 067/2000, das UTE's Presidente Médici (Fases A e B), São Jerônimo e Nutepa, encerrou em 07 de julho de 2015. A Companhia manifestou, no tempo hábil, intenção de renovação de suas concessões.

O documento denominado "Síntese da Concessão/Autorização da Eletrobras CGTEE", datado de 10 de junho de 2015, contendo as tratativas, situação naquela data e proposta a ser levada ao Ministério das Minas e Energia (MME), foi validado pela *holding* e encaminhado ao Secretário Executivo do MME através da Carta Eletrobras CTA-PR-257/2015, protocolada no dia 11 de junho de 2015, logo após reunião com equipe do MME que trata da renovação das concessões. Sinteticamente, a proposição levada pela Eletrobras ao MME consiste na renovação da Fase B sob forma de Autorização para atuar como "back-up" da Fase C; e para a Fase A, Nutepa e UTE São Jerônimo, renovação sob forma de Autorização para compor uma nova usina de 300 MW a ser implantada em Candiota/RS. Na ocasião, a equipe do MME apresentou suas avaliações iniciais para o caso das unidades da Eletrobras CGTEE, ficando de se pronunciar novamente sobre o assunto, tão logo possível.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nova reunião foi agendada pela equipe do MME, para o dia 15 de julho de 2015, ocasião em que aquela equipe manifestou que iria propor, para as instâncias superiores deliberativas, a seguinte alternativa para as unidades da Eletrobras CGTEE: para a Fase B (2 x 160 MW), a prorrogação da Concessão por um novo período; e para a Fase A (2 x 63 MW), Nutepa (3 x 8 MW) e UTE São Jerônimo (2 x 5 MW + 1 x 10 MW), dada as condições de obsolescência das unidades, a extinção das Concessões sem a reversão dos bens à União.

Na reunião, ao ser informada do possível encaminhamento a ser indicado para suas unidades geradoras, a Eletrobras CGTEE requereu, à equipe do MME, analisar a possibilidade de contemplar na prorrogação da Concessão da Fase B a inclusão de 01 unidade de 63 MW da Fase A, que foi recuperada e está em fase de testes para voltar a operar regularmente, para atuar como “back-up” das unidades da Fase B. Tal proposta somente poderá ser avaliada durante o Processo de Revisão das Características Técnicas da Fase B, que deverá ser instaurado pela Eletrobras CGTEE junto à ANEEL, tão logo seja publicado o Decreto com a prorrogação da concessão da Fase B, processo este necessário para estabelecer os parâmetros técnicos referenciais da usina a serem considerados no período correspondente à concessão renovada.

A equipe do MME informou também que estas usinas deverão ser consideradas como regulares até a emissão do Decreto de Renovação correspondente, ou seja, com a Concessão considerada vigente.

Até o presente momento não há posição final do poder concedente sobre a manifestação da Companhia, e, portanto, até que o processo esteja encerrado, a Eletrobras CGTEE permanece explorando estas unidades nas bases atuais da referida concessão. A Companhia também destaca que o poder concedente não manifestou estimativa de prazo para conclusão do processo.

4 Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

4.1 Base de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando o custo histórico como base de valor, bem como o valor justo para alguns ativos e passivos financeiros, compreendendo as disposições da legislação societária previstas na Lei 6.404/76, com as alterações da Lei 11.638/07, Lei 11.941/09, as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), bem como os demais pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) vigentes em 30 de setembro de 2016.

As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em reais, a moeda funcional da Companhia. Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua, ou seja, a “moeda funcional”.

4.2 Demonstrações financeiras intermediárias

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Contábil – CPC 21 (R1) “Demonstrações intermediárias”.

As políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, bem como os principais julgamentos e incertezas nas estimativas utilizadas na aplicação das práticas contábeis, são consistentes com o praticado na preparação das demonstrações financeiras do exercício em 31 de dezembro de 2015, publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul em 15 de abril de 2016. As demonstrações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As presentes demonstrações financeiras intermediárias foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 31 de outubro de 2016.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	5.850	5.190
Aplicações financeiras	96.410	-
Total	<u>102.260</u>	<u>5.190</u>

6 Clientes

A Companhia comercializa em leilões a energia elétrica produzida. O saldo a receber em 30 de setembro de 2016 foi o seguinte:

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
2º Leilão CCEAR Energia existente - 2008/2015	-	12.795
4º Leilão CCEAR Energia existente - 2009/2016	4.418	4.608
1º Leilão CCEAR Energia nova - 2010/2024	41.096	-
Previsão energia de curto prazo	32.142	40.262
Previsão receita 1º leilão	42.275	27.185
Renegociações	7.699	1.050
Outros	784	640
Total	<u>128.414</u>	<u>86.540</u>

A Companhia efetua lançamento de previsão de receita de energia nas operações de curto prazo, quando há, para adequação ao regime de competência do saldo a receber de clientes.

A composição, por vencimento, está demonstrada a seguir:

	<u>Vincendos</u>	<u>Vencidos até 90 dias</u>	<u>Vencidos há mais de 90 dias</u>	<u>30/09/2016</u>
Suprimento de energia	127.519	254	641	128.414
Total	<u>127.519</u>	<u>254</u>	<u>641</u>	<u>128.414</u>

O saldo de clientes é o valor justo por representar o valor pelo qual a geração de energia da Companhia foi negociada via leilões e dentro dos regramentos contratuais da CCEE, e será liquidado entre partes interessadas com ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

O saldo não teve ajuste a valor presente por representar efetivamente o montante a ser recebido, e não contém índices ou taxas de desconto para pagamentos antecipados.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os contratos de suprimento de energia são dados em garantia para as operações de empréstimos e financiamentos tomadas junto a Eletrobras.

7 Tributos a recuperar

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
IRPJ/CSLL a recuperar	541	163
IR retido na fonte	657	15
PIS/PASEP/COFINS a recuperar - regime não cumulativo (i)	-	53
PIS/PASEP/COFINS a recuperar - inconstitucionalidade Lei 9718/98 (ii)	-	659
PIS/PASEP/COFINS retido na fonte - Lei 10833/03 art. 34	910	
ICMS a recuperar (iii)	5.949	-
Outros	81	375
Total Circulante	<u>8.138</u>	<u>1.265</u>
ICMS a recuperar (iii)	33.659	33.659
Total Não Circulante	<u>33.659</u>	<u>33.659</u>
Total	<u>41.797</u>	<u>34.924</u>

(i) PIS-PASEP/COFINS - Lei nº 10.833/2003 art. 3º - regime não cumulativo

A Companhia poderá descontar créditos calculados em relação a:

- Bens e serviços utilizados como insumo na prestação de serviços e na produção ou fabricação de bens ou produtos;
- Energia elétrica consumida nos estabelecimentos da pessoa jurídica;
- Aluguéis de prédios máquinas e equipamentos, utilizados nas atividades da empresa;
- Encargos de depreciação e amortização.

A Companhia está, mensalmente, tomando crédito dessas despesas no momento da apuração do PIS/COFINS.

O saldo zero verificado em 30 de setembro de 2016 (R\$ 53 em 31 de dezembro de 2015) deve-se ao fato de que em função do aumento da receita de energia dos contratos da Fase C em 2016, os créditos foram utilizados na sua totalidade.

(ii) PIS-PASEP/COFINS a recuperar – inconstitucionalidade Lei 9.718/98

O Supremo Tribunal Federal - STF declarou a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, que ampliou a base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS e deu, naquela época, novo conceito ao faturamento, que passou a abranger todas as receitas auferidas pelas pessoas jurídicas, independentes do tipo de atividade exercida e a classificação contábil adotada. Tal dispositivo não possuía previsão constitucional que o amparasse, tendo sido objeto de emenda constitucional posterior.

A Companhia ajuizou ação ordinária em dezembro de 2007 através do Processo nº 2007.71.00.048592-4, onde consta como ré a Fazenda Nacional, requerendo a restituição dos

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

tributos PIS/PASEP e COFINS cuja arrecadação foi declarada inconstitucional pelo STF.

Em 1º de outubro de 2008, houve o julgamento de procedência da ação ordinária nº 2007.71.00.048592-4 na 2a. Vara Federal Tributária de Porto Alegre - RS ajuizada contra a União Federal na Justiça Federal, na qual a União Federal foi condenada a restituir à Companhia os valores recolhidos indevidamente no período de fevereiro de 1999 a novembro de 2002, em relação ao PIS (R\$ 1.552), e de fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, em relação à COFINS (R\$ 10.745), totalizando R\$ 12.297, que deverão ser atualizados pela taxa SELIC, desde a data de cada recolhimento indevido.

Todavia, a União apelou, a Companhia apresentou contrarrazões, e o processo foi remetido ao Tribunal Regional Federal para julgamento. A apelação foi julgada parcialmente procedente, entendendo que são repetíveis somente as parcelas pagas posteriormente a 08 de julho de 2000. As partes opuseram embargos de declaração, os quais foram acolhidos parcialmente para fins de prequestionamento. Após, as partes apresentaram recursos especiais e extraordinários, não sendo admitidos os recursos especial e extraordinário da União, sendo admitido o recurso especial da Eletrobras CGTEE e sobrestado o recurso extraordinário da Eletrobras CGTEE até decisão definitiva do STF acerca da matéria.

Negado seguimento ao recurso extraordinário da Companhia em decisão transitada em julgado, a Companhia apresentou pedido de habilitação de crédito junto à Receita Federal para compensação tributária (Processos nºs 11080.729739/2013-01 – PIS e 11080.729740/2013-28 – COFINS). Na data de 29 de outubro de 2013, o pedido foi deferido pela Delegacia da Receita Federal, nos termos da IN RFB nº 1.300/2012, autorizando a Companhia a utilizar o crédito referente ao PIS, no montante de R\$ 2.728, e à COFINS, no valor de R\$ 20.124, atualizados até novembro de 2013, por meio de transmissão da Declaração de Compensação, gerada a partir do Programa PER/DCOMP.

Os créditos remanescentes em 2016, R\$ 305 referentes ao PIS e R\$ 354 referentes a COFINS, foram totalmente utilizados.

(iii) ICMS a recuperar

Os créditos fiscais de ICMS, no ativo circulante com o valor de R\$ 5.949 em 30 de setembro de 2016, no ativo não circulante, no valor de R\$ 33.659 em 30 de setembro de 2016 (R\$ 33.659 em 31 de dezembro de 2015), originaram-se, principalmente, das operações de compra de cal e outros insumos utilizados no processo produtivo. Atualmente, o ICMS sobre as saídas por venda de energia elétrica para as concessionárias é diferido, conforme Livro III, art. 1º do regulamento do ICMS do Estado do Rio Grande do Sul. Entretanto, esses créditos poderão ser realizados através da compensação com pagamentos devidos pela importação de equipamentos, aquisição de cal do Uruguai e de transferências para outras empresas estabelecidas no Estado do Rio Grande do Sul, não sendo esperadas perdas pela administração da Companhia na realização dos referidos créditos. No acumulado até 30 de setembro de 2016, a Companhia utilizou R\$ 439 para a compensação em recolhimentos de ICMS referentes a importação de equipamentos para a UTE Candiota III – Fase C. Cabe destacar que a integralidade, dos créditos registrados nesta rubrica, está validada junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul para futura compensação.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Direito de ressarcimento – CCC / CDE

Esta rubrica é composta pelos valores a receber da Eletrobras decorrente de subvenção para aquisições de combustíveis fósseis com recursos da Conta de Consumo de Combustível – CCC, e também, da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 129/2004.

O saldo tem a seguinte composição:

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
CDE UTE Candiota III - Fase C	11.477	31.006
CDE UTE Candiota II – Fases A e B	5.263	15.924
Total	<u>16.740</u>	<u>46.930</u>

9 Almojarifado

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Material de consumo	28.348	25.662
Combustíveis	65	3.656
Total Circulante	<u>28.413</u>	<u>29.318</u>
Combustíveis	171.076	142.196
Total Não Circulante	<u>171.076</u>	<u>142.196</u>
Total	<u>199.489</u>	<u>171.514</u>

O estoque de combustíveis da Companhia é constituído, em sua grande maioria, pelo carvão. Em 30 de setembro de 2016, a Companhia previu que haverá somente o consumo do estoque de carvão consignado à CCC/CDE em 2016. Assim, o estoque de carvão de propriedade da Companhia, está registrado como ativo não circulante.

Os demais estoques da Companhia são de peças, componentes, materiais de consumo e insumos utilizados no processo de geração de energia. Têm características de não obsolescência em função de que os equipamentos ou processos em que serão utilizados continuam em operação. Estão valorados pelos custo médio de aquisição.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Imobilizado

O saldo foi assim movimentado em 30 de setembro de 2016:

	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências curso/serviço	30/09/2016
Em serviço	3.473.576	-	(173)	7.618	3.481.021
Depreciação	(1.995.426)	(57.157)	171	-	(2.052.412)
Em curso	90.373	5.811	-	(7.640)	88.544
Total Geração	1.568.523	(51.346)	(2)	(22)	1.517.153
Em serviço	14.301	-	(183)	929	15.047
Depreciação	(9.101)	(783)	177	-	(9.707)
Em curso	800	107	-	(907)	-
Total Administração	6.000	(676)	(6)	22	5.340
<i>Impairment</i>	(119.940)	-	-	-	(119.940)
Valor novo de reposição	(21.698)	-	-	-	(21.698)
Total Provisões	(141.638)	-	-	-	(141.638)
Total	1.432.885	(52.022)	(8)	-	1.380.855

No exercício de 2015, o saldo foi assim movimentado:

	31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências curso/serviço	31/12/2015
Em serviço	3.482.355	-	(11.918)	3.139	3.473.576
Depreciação	(1.927.734)	(78.615)	10.898	25	(1.995.426)
Em curso	68.914	24.579	-	(3.120)	90.373
Total Geração	1.623.535	(54.036)	(1.020)	44	1.568.523
Em serviço	14.406	-	(231)	126	14.301
Depreciação	(8.305)	(987)	216	(25)	(9.101)
Em curso	-	945	-	(145)	800
Total Administração	6.101	(42)	(15)	(44)	6.000
<i>Impairment</i>	(35.412)	(84.528)	-	-	(119.940)
Valor novo de reposição	(22.280)	-	582	-	(21.698)
Total Provisões	(57.692)	(84.528)	582	-	(141.638)
Total	1.571.944	(138.606)	(453)	-	1.432.885

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O saldo do imobilizado, por unidade, sem a provisão para *impairment*, em 30 de setembro de 2016, está assim composto:

Unidade	30/09/2016	31/12/2015
UTE Presidente Médici (Fase A)	13.041	13.041
UTE Presidente Médici (Fase B)	403.840	418.242
UTE Candiota III (Fase C)	1.089.957	1.126.205
UTE Nutepa	3.590	3.740
UTE São Jerônimo	4.649	4.917
Oficina São Leopoldo	548	573
Sede administrativa	6.868	7.805
Total	1.522.493	1.574.523

Atendendo orientação da ANEEL, contida no Ofício nº 965/2002-SFF/ANEEL, de 7 de outubro de 2002, a Companhia tem sob sua guarda bens (materiais e equipamentos) recebidos da União destinados ao empreendimento UTE Candiota III (Fase C), em regime especial de utilização, sem ônus para a Companhia, no valor de R\$ 189.292, tendo como base a data de 30 de abril de 2000, conforme avaliação constante do Relatório do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Interministerial nº 19, de 28 de janeiro de 2000. Este valor não será incorporado ao ativo imobilizado da Companhia e, portanto, não está sujeito à indenização quando do término do prazo de concessão.

Sobre os ativos operacionais das usinas da Companhia não pairam garantias fiduciárias ou judiciais em 30 de setembro de 2016.

As taxas de depreciação aplicadas em 30 de setembro de 2016 são as definidas pela resolução normativa ANEEL nº 674/2015, e estão demonstradas no quadro a seguir:

	2016 e 2015
Geração	
Caldeira	4,00%
Chaminé	4,00%
Equipamento ciclo térmico	4,55%
Equipamentos da tomada d'água	3,70%
Edificações - casa de força	2,00%
Edificações - outras	3,33%
Máquinas e equipamentos	2,00 a 6,67%
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00%
Turbina a vapor	4,00%
Veículos	14,29%
Administração	
Máquinas e equipamentos	6,25%
Móveis e utensílios	6,25%
Veículos	14,29%

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Intangível

Em 30 de setembro de 2016, o ativo intangível apresentou a seguinte movimentação:

	<u>31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências</u>	<u>30/09/2016</u>
Em serviço				
Custo	13.818	-	229	14.047
Amortização	(12.073)	(468)	-	(12.541)
Em curso				
Custo	4	1.096	(229)	871
Total	<u>1.749</u>	<u>628</u>	<u>-</u>	<u>2.377</u>

No exercício de 2015, o saldo foi assim movimentado:

	<u>31/12/2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/12/2015</u>
Em serviço				
Custo	13.786	-	32	13.818
Amortização	(11.472)	(601)	-	(12.073)
Em curso				
Custo	-	36	(32)	4
Total	<u>2.314</u>	<u>(565)</u>	<u>-</u>	<u>1.749</u>

O saldo de ativos intangíveis em serviço, bem como o das adições do período, refere-se a aquisições de direito de uso de *softwares*.

A taxa anual de amortização utilizada pela Companhia é a prevista no MCPSE, aprovada pela Resolução ANEEL nº 674/2015, relativa ao Tipo de Bem - TIB 205, item 205.01 (Direito), 205.02 (Marca) e 205.03 (Patente) - 20% ao ano.

12 Fornecedores

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Materiais e serviços	20.231	22.214
Suprimento de energia elétrica (a)	81.608	144.479
Encargos de uso da rede elétrica	5.341	1.002
Aquisição de combustíveis (b)	19.340	64.699
Total circulante	<u>126.520</u>	<u>232.394</u>
Aquisição de combustíveis (b)	18.920	18.920
Total não circulante	<u>18.920</u>	<u>18.920</u>
Total	<u>145.440</u>	<u>251.314</u>

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Suprimento de energia elétrica

O saldo é composto das aquisições de energia elétrica para revenda a liquidar, das estimativas de exposição da Companhia na CCEE, e da provisão para ressarcimento às distribuidoras quando a geração de energia, pela Companhia, não for suficiente para cumprir os contratos. A redução do saldo em 2016 ocorreu em função da amortização de faturas de compra de energia pendentes com a Eletronorte.

(b) Aquisição de combustíveis

A redução do saldo de fornecedor com a aquisição de combustíveis deu-se principalmente pela renegociação, em 2016, da quantidade de carvão para a UTE Presidente Médici – Fases A e B, que passou de 1,6 milhão de toneladas para 800 mil toneladas ao ano, efetuada com a Companhia Riograndense de Mineração - CRM.

13 Financiamentos e empréstimos

13.1 Composição

	30/09/2016				
	Encargos	Circulante	Total circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional					
Eletrobras	6.967	310.553	317.520	2.334.333	2.651.853
Total Moeda nacional	6.967	310.553	317.520	2.334.333	2.651.853
Total	6.967	310.553	317.520	2.334.333	2.651.853

	31/12/2015				
	Encargos	Circulante	Total circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional					
Eletrobras	16.800	322.320	339.120	2.074.115	2.413.235
Total Moeda nacional	16.800	322.320	339.120	2.074.115	2.413.235
Total	16.800	322.320	339.120	2.074.115	2.413.235

Os financiamentos e empréstimos existentes foram tomados, em sua totalidade, junto à Eletrobras, e se destinaram a viabilizar a construção da UTE Candiota III (Fase C) e, também, para viabilizar as compras de energia que a Companhia necessitou nos últimos exercícios.

Os financiamentos e empréstimos não geram gravames sobre os bens patrimoniais da Companhia. As garantias oferecidas são constituídas sobre os contratos de suprimento de energia mantidos com as distribuidoras.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13.2 Composição dos saldos por indexador

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Selic	1.041.491	934.039
IPCA	600.488	697.012
Juros contratuais	1.009.874	782.184
Total	<u>2.651.853</u>	<u>2.413.235</u>

13.3 Vencimentos das parcelas do passivo não circulante

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
2017	94.837	244.887
2018	311.508	246.556
2019	315.967	249.428
2020	315.951	238.854
Após 2020	1.296.070	1.094.390
Total Não Circulante	<u>2.334.333</u>	<u>2.074.115</u>

13.4 Movimentação dos financiamentos e empréstimos

Movimentação empréstimos	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31/12/2015	339.120	2.074.115	2.413.235
Ingressos	-	-	-
Encargos	42.536	231.523	274.059
Renegociações	(158.566)	158.566	-
Transferências	129.871	(129.871)	-
(-) Amortizações do principal	(23.067)	-	(23.067)
(-) Amortizações dos encargos	(12.374)	-	(12.374)
Saldo em 30/09/2016	317.520	2.334.333	2.651.853

Movimentação empréstimos	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31/12/2014	224.318	1.830.496	2.054.814
Ingressos	-	89.889	89.889
Encargos	51.046	246.669	297.715
Renegociações	(88.067)	88.067	-
Transferências	181.006	(181.006)	-
(-) Amortizações do principal	(18.395)	-	(18.395)
(-) Amortizações dos encargos	(10.788)	-	(10.788)
Saldo em 31/12/2015	339.120	2.074.115	2.413.235

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As liquidações de empréstimos ocasionadas por renegociações de contratos não foram consideradas atividades de financiamento na Demonstração dos Fluxos de Caixa, por não representarem movimentos de caixa.

14 Tributos e contribuições sociais a recolher

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
PIS/PASEP	139	46
COFINS	657	213
ISS de terceiros	207	292
IRPJ, CSLL, PIS/PASEP/COFINS de terceiros	7.202	29.236
INSS	2.079	2.456
SENAI/SESI	36	6
FGTS	226	897
Total	<u>10.546</u>	<u>33.146</u>

15 Encargos setoriais

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
RGR	-	2.237
TFSEE	92	179
Total circulante	<u>92</u>	<u>2.416</u>
RGR	7.052	4.333
Total não circulante	<u>7.052</u>	<u>4.333</u>
Total	<u>7.144</u>	<u>6.749</u>

A Companhia recolhe, por determinação da ANEEL, cotas da Reserva Global de Reversão (RGR) e da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE).

A TFSEE e a RGR são apropriadas e recolhidas mensalmente, com valores estipulados pela ANEEL. Para o ciclo 2016/2017, que compreende o período entre Julho/2016 e Junho/2017, a Companhia não tem valores de RGR a recolher.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Obrigações estimadas

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Folha de pagamento	4.041	4.446
Encargos - Folha de pagamento	1.605	2.282
Provisão de férias	3.686	3.352
Provisão gratificação de férias	551	565
Provisão de 13º salário	3.260	-
INSS s/ provisão de férias e 13º salário	2.663	1.788
FGTS s/ provisão de férias e 13º salário	655	438
Total	<u>16.461</u>	<u>12.871</u>

17 Provisão para contingências

Em 30 de setembro de 2016, o passivo contingente teve a seguinte movimentação:

	<u>31/12/2015</u>	<u>Constituições/ Atualizações</u>	<u>Reversões</u>	<u>30/09/2016</u>
Trabalhistas (a)	28.308	10.847	(843)	38.312
Cíveis (b)	26.772	6.141	(27.522)	5.391
Subtotal	<u>55.080</u>	<u>16.988</u>	<u>(28.365)</u>	<u>43.703</u>
(-) Depósitos recursais compensáveis	(8.000)	(3.411)	-	(11.411)
Total	<u>47.080</u>	<u>13.577</u>	<u>(28.365)</u>	<u>32.292</u>

Os depósitos recursais referem-se aos valores exigidos para dar continuidade à discussão judicial dos processos trabalhistas, inclusive de reclamações ajuizadas por empregados da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE.

(a) Contingências trabalhistas

Contingências prováveis

Com base na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia possui provisão no valor de R\$ 38.312 em 30 de setembro de 2016 (R\$ 28.308 em 31 de dezembro de 2015) para cobrir as causas judiciais com risco de perdas prováveis. A Companhia realizou depósitos recursais no valor de R\$ 11.411 em 30 de setembro de 2016 (R\$ 8.000 em 31 de dezembro de 2015) para processos que possuem provisões contábeis.

Depósitos judiciais

A Companhia efetuou depósitos judiciais em diversos processos trabalhistas, para garantir a continuidade da discussão dos litígios.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstramos estes valores no quadro abaixo:

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Depósitos judiciais	5.684	5.048
Total	<u>5.684</u>	<u>5.048</u>

Contingências possíveis

Com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, existem processos trabalhistas classificados como de perda possível no valor de R\$ 43.905 em 30 de setembro de 2016 (R\$ 3.156 em 31 de dezembro de 2015). Deste total, R\$ 40.133 referem-se a ações de empregados terceirizados dispensados da empresa EMS Eletromecânica Silvestrini LTDA., em função do término do contrato entre essa empresa e a Companhia. A EMS encontra-se em recuperação judicial, e a Companhia pode ter que responder solidariamente à EMS nas indenizações desses empregados. Assim, a Companhia reclassificou a probabilidade de perda das ações movidas por esses empregados de remota para possível.

(b) Contingências cíveis

Contingências prováveis

Nos processos judiciais nos quais a Eletrobras CGTEE figura no pólo passivo, a assessoria jurídica da Companhia estima, como perda provável, o saldo de R\$ 5.391 em 30 de setembro de 2016 (R\$ 26.772 em 31 de dezembro de 2015).

Processo 001/1.07.0056529-2

Em 2007, a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica-CEEE-D ajuizou ação declaratória cumulada com pedido condenatório em face de Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica- Eletrobras CGTEE. Na referida ação, a CEEE-D alegou que a Eletrobras CGTEE firmou termo de transação judicial no ano de 1998 nos autos do processo n°.97.34.00.02843-4 na 9ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal e que esta teria se obrigado ao pagamento de valores em razão da cisão da CEEE. A ação foi julgada procedente. Aguardava-se o julgamento de Agravo 415539 no Recurso Especial pelo Superior Tribunal de Justiça interposto pela Eletrobras CGTEE. O processo estava em fase de execução provisória. Considerando a probabilidade de perda provável do recurso, a Eletrobras CGTEE celebrou acordo com a CEEE-D para pagamento parcelado da condenação. A transação foi homologada pelo Juízo em 18/08/2016, sendo que a empresa está efetuando o pagamento. Assim, foi baixado o provisionamento de R\$ 27.494 em 30 de setembro de 2016 (R\$ 24.302 em 31 de dezembro de 2015) e reconhecido o saldo do acordo, de R\$ 28.178.

Processo nº. 0026448-59.2002.4.01.3400

Trata-se de ação ordinária que busca anular despacho da ANEEL que determinou que a AES-SUL retificasse valores definidos como lucro referentes à venda da energia de Itaipu. Sobreveio sentença de improcedência da ação e extinção do processo com resolução do mérito. Em síntese, a sentença apontou que, considerando o contexto legislativo que permeia o quadro fático, reforçado pelo entendimento tardio da própria agência reguladora, corroborado pelo entendimento de mais de 30 concessionárias, a correta interpretação das regras de mercado homologadas pela Resolução 290/00 é a de que o item 2.11.2 das regras de mercado trazia a obrigação do registro das quantidades de energia de Itaipu contratadas pelas concessionárias quotistas, em compatibilidade plena com o art.10 da Resolução 290/00, pelo que não havia a possibilidade ou não da opção pela contratação do "alívio de exposição". Irresignada, a AES-SUL interpôs apelação que foi julgada procedente, reformando-se

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a sentença como segue: por unanimidade, rejeitar as preliminares de ilegitimidade passiva ad causam da ANEEL, de impossibilidade jurídica do pedido e de falta de interesse de agir, nos termos do voto da Relatora e, por maioria, rejeitar as prejudiciais de prescrição e decadência; e no mérito, por maioria, dar provimento à apelação da AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. e declarar prejudicadas as apelações e recursos adesivos interpostos pelas demais empresas. Os réus apresentaram embargos de declaração que foram julgados improcedentes. Interpostos embargos infringentes que aguardam julgamento. O valor provisionado foi de R\$ 3.171 em 30 de setembro de 2016 (R\$ 3.171 em 31 de dezembro de 2015).

Processo nº.5014189-37.2010.4.04.7100

Trata-se de ação que a Eletrobras CGTEE interpôs contra a ANEEL e a CCEE, cujo pedido é a declaração de ilegalidade da penalidade e atraso pela instalação do sistema de faturamento SMF. A CCEE emitiu Termo de Notificação à CGTEE pelo atraso da implantação dos medidores de geração de energia exigidos pelo ONS. Contra esse termo de notificação a CGTEE interpôs a ação anulatória. Busca-se afastamento das penalidades TN 153 - 162/2010, aplicadas pela CCEE à CGTEE por não cumprimento, nos prazos, da exigência de implantação do sistema de medição e faturamento relativo à Usina Termelétrica Presidente Médici. Segundo o Escritório Curvelo Advogados Associados, a sentença foi improcedente. O recurso de apelação foi improvido. Interpusemos Recurso Especial para minorar a verba honorária, o qual foi admitido no TRF4, mas não conhecido pelo STJ. A decisão transitou em julgado. O valor provisionado foi de R\$ 1.200 em 30 de setembro de 2016 (R\$ 1.000 em 31 de dezembro de 2015).

Contingências possíveis

Com possibilidade de perda possível, a Companhia é parte em processos cíveis que totalizam R\$ 428.709 em 30 de setembro de 2016 (R\$ 114.362 em 31 de dezembro de 2015), não provisionados.

Processo 001/1.13.0298211-8

Trata-se de ação de indenizatória ajuizada pela empresa EMS Eletromecânica Silvestrini LTDA, através da qual a autora busca o valor de R\$ 28.952, sob a alegação de enriquecimento sem causa da ré, ocorrência de danos materiais e danos morais em virtude do contrato de prestação de serviços de apoio técnico. Alega a autora que houve erro de cálculo do DBI no Edital. Após sucessivos desdobramentos processuais, o processo encontra-se na fase probatória. Em decorrência dos prejuízos alegados, solicita danos materiais e danos morais, atribuindo à causa o valor de R\$ 28.952, não provisionados.

Processo 001/1.14.0039179-3

Ajuizado pela empresa EMS Eletromecânica Silvestrini Ltda., através da qual reclama valores glosados decorrentes de penalidades por descumprimentos parciais do contrato e valores que foram penhorados na Justiça Trabalhista. A Companhia apresentou defesa no sentido de sustentar a legalidade das penalidades aplicadas, decorrentes de cláusulas contratuais, bem como o cumprimento de decisão judicial para depósito de valores penhorados pela Justiça Trabalhista. Atualmente, o processo está na fase probatória. O valor estimado do processo é de R\$3.598, não provisionados.

Processo 001/1.14.0060829-6

Ajuizado pela empresa EMS Eletromecânica Silvestrini Ltda., através da qual solicita a nulidade de penalidade aplicada decorrente de inexecução total do contrato, com a liberação da garantia contratual oferecida. A Companhia está elaborando defesa sustentando a legalidade da penalidade

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

aplicada. Atualmente, o processo está na fase probatória. O valor estimado do processo é de R\$4.638, não provisionados.

Processo 2143521-58.2010.8.21.0001

Trata-se de ação visando à condenação da CGTEE a compor prejuízos causados ao KfW por suposto danos decorrentes de garantias ("Contratos Winimport" e "Contratos Hamburgo") supostamente prestadas pela CGTEE. Requer o KfW a condenação da CGTEE ao pagamento de (i) dano patrimonial no valor de R\$ 2.853; e (ii) dano moral a ser arbitrado em fase de liquidação. De acordo com o Escritório Demarest Advogados Associados, responsável pelo processo, no momento, o processo está conclusos para sentença. Valor da causa: R\$ 2.853. Valor atualizado em Setembro/2016: R\$ 6.908, não provisionados.

Processo 2-12 0 236/12

Postula o Banco KfW a cobrança das obrigações oriundas dos empréstimos em desfavor da CGTEE, a qual figurava como avalista do referido empréstimo, considerando as amortizações vencidas (contabilizadas as multas contratuais), juros de empréstimo vencidos, juros de mora sobre amortizações vencidas e indenização por danos. A CGTEE não reconhece os avais, havendo, inclusive, ação em trâmite com provas da falsidade dos avais. A CGTEE recebeu o Ofício nº 2677/2013/CGCI-DRCI-SNJ-MJ, de 12/04/2013, do Ministério da Justiça, que encaminha Carta Rogatória de notificação de ação de cobrança do KfW junto ao Tribunal Regional de Frankfurt. A Carta Rogatória tomou o nº 7988/DE (2013/0109413-6) junto ao STJ. Refere-se a cobrança da garantia de 4 (quatro) contratos da Usina Termelétrica Winimport S/A. Já foram realizadas 3 audiências na Alemanha. O Escritório comunicou a sentença condenatória de 20/05/2016 da Eletrobras CGTEE em favor de KfW no valor estimado de EUR 69.708, não provisionados. Apelação interposta em 23/06/2016. As razões da apelação foram apresentadas em 27/09/2016. A etapa seguinte será a manifestação do KfW acerca do recurso.

Processo nº. 5064165-37.2015.4.04.7100

A Eletrobras CGTEE interpôs ação ordinária contra a ANEEL e a CCEE objetivando a declaração de nulidade da cobrança de percentual maior de 2% nas penalidades de insuficiência de lastro contratual aplicadas. Nosso recurso de apelação foi recebido no duplo efeito, mas sem ser restabelecida a antecipação de tutela. Propusemos a Ação Cautelar nº 0000091-19.2015.404.0000 perante o TRF4, a qual foi julgada procedente para o fim de limitar, até o julgamento da apelação, a multa por insuficiência de lastro ao percentual de 2% do faturamento. Na ação cautelar, a CCEE interpôs Recurso Especial, que teve seguimento denegado. Agravou da decisão denegatória, encontrando-se o recurso no STJ. A apelação (nº 5064165-37.2015.4.04.7100) foi autuada na 3ª Turma do TRF4, ainda sem previsão de julgamento. Segundo o escritório responsável, CURVELO ADVOGADOS ASSOCIADOS, a probabilidade de êxito é possível. O valor das penalidades pode superar R\$ 40.000 não atualizados. Valor atribuído à causa R\$ 1.496, não contingenciados.

(c) Ativos contingentes

Processo nº.5069345-68.2014.4.04.7100

A Eletrobras CGTEE interpôs ação ordinária contra a ANEEL objetivando a cobrança de valores exigidos pelo ressarcimento por geração abaixo da inflexibilidade decorrentes da aplicação da cláusula 14 dos contratos (CCEAR) celebrados pela CGTEE tendo em vista o empreendimento Candiota III – Fase C. Julgado procedente em primeiro grau, com a revogação da cláusula 14 retroativamente a 11/03/2013 e condenação da ANEEL a restituir os valores pagos de 13/03/2013 a 07/10/2013, atualizados pela TR, mais juros de mora de 0,5% ao mês a partir da citação. A ANEEL interpôs apelação, distribuída à 4ª Turma do TRF, sem previsão de julgamento. Segundo o escritório

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

responsável, CURVELO ADVOGADOS ASSOCIADOS, a probabilidade de êxito é possível. Valor atribuído à causa R\$ 85.689, não contingenciados.

Processo nº.5000593-10.2015.4.04.7100

A Eletrobras CGTEE interpôs ação ordinária contra a ANEEL objetivando o aproveitamento, também econômico, da redução da garantia física do empreendimento Candiota III (Fase C), inclusive para fins do despacho do ONS. Segundo o escritório responsável, CURVELO ADVOGADOS ASSOCIADOS, o pedido liminar foi indeferido em primeiro grau. Interpostos agravos de instrumento, foi deferida antecipação da tutela recursal para o fim de conceder-se a liminar, determinando-se à ANEEL e à ONS a imediata observância da nova garantia física, a realização do despacho em conformidade e a devida consideração, por parte das distribuidoras, da redução bilateral dos montantes contratados. A antecipação da tutela recursal foi confirmada pela Turma, que deu provimento ao nosso recurso. A ANEEL e o ONS interpuseram embargos de declaração, ambos sendo julgados improcedentes. Por decisão do Conselho de Administração da Eletrobras CGTEE, houve desistência de demanda. O pedido de desistência foi posterior ao julgamento da demanda em primeiro grau, sendo, portanto, perfectibilizado com a renúncia ao prazo recursal. Processo encerrado.

Processo 0031902-29.2016.4.01.3400

A Eletrobras CGTEE interpôs ação ordinária contra a ANEEL perante a Justiça Federal em Brasília, a fim de que seja declarado ilegal o cálculo da taxa de indisponibilidade efetuado pela ANEEL na base horária, com a consequente declaração do direito da Eletrobras CGTEE ao cálculo da taxa de indisponibilidade aplicando-se a média dos últimos sessenta meses nos termos do Edital de Leilão 002-2005, do Artigo 5, Parágrafo Único, Inciso II da Resolução 169 de 2005 e das Portarias de Autorização do MME 181-2006 e 304-2008. Também foi requerido que seja condenada a ANEEL à realização dos cálculos da taxa de indisponibilidade com base na média dos últimos sessenta meses de forma retroativa desde a entrada em operação comercial da UTE Candiota III, ressarcindo à Eletrobras CGTEE os valores indevidamente cobrados. O pedido liminar foi indeferido. Interposto agravo de instrumento que aguarda julgamento. O processo principal está na fase probatória. O valor da causa são R\$ 572.989. A probabilidade de êxito é possível.

Processo 5033160-60.2016.4.04.7100

A Eletrobras CGTEE interpôs ação ordinária contra a ANEEL e a CCEE perante a Justiça Federal do Rio Grande do Sul, a fim de que as Rés sejam compelidas a não transferirem para a AUTORA o ônus financeiro de quaisquer decisões judiciais, das quais não façam parte, relativas aos efeitos dos atuais valores de GSF sobre geradores hidrelétricos, em todas as liquidações realizadas pela CCEE no curso desta ação, bem como se abstenham de lhes aplicar qualquer sanção daí decorrente, até o julgamento da lide. A liminar foi deferida, sendo que a Eletrobras CGTEE voltou a receber recursos nas liquidações financeiras da CCEE. O valor histórico da causa são R\$ 68.683. A probabilidade de êxito é possível.

(d) Contingências tributárias na esfera administrativa (Secretaria da Receita Federal)

Contingências possíveis

Com possibilidade de perda possível, a Companhia é parte em processos administrativos fiscais perante a Secretaria da Receita Federal que totalizam R\$ 55.998 em 30 de setembro de 2016 (R\$ 35.964 em 31 de dezembro de 2015), não provisionados.

Em relação aos autos de infração em trâmite na Receita Federal (11050.720140/2011-90, 11050.720909/2011-70, 11050.720150/2011-25, 11050.720435/2011-66, 11050.720343/2011-86),

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

oriundos do desembaraço aduaneiro de peças e equipamentos para a construção da Candiota III (Fase C), conforme informado pelo escritório Franceschini Oliveira Advogados Associados, a possibilidade de perda na esfera administrativa é provável, considerando que o julgamento é realizado por autoridade do mesmo órgão que emitiu os Autos de Infração objeto das impugnações apresentadas. Não obstante, na hipótese de a Companhia não lograr êxito na esfera administrativa, ela ingressará judicialmente para discutir a tese objeto das defesas atualmente em trâmite na Receita Federal, hipótese em que a possibilidade de perda é possível. Valor total dos Autos de Infração R\$ 30.987, não contingenciados.

Auto de infração nº 11080.722655/2010/96

Trata-se de Auto de Infração que visa à cobrança de supostos débitos de PIS e COFINS, relativos aos meses de janeiro a dezembro de 2006, totalizando R\$ 2.803 referentes ao PIS, e R\$ 12.892 referentes à COFINS, sob o entendimento de que os contratos assinados pela CGTEE e seus clientes para fornecimento de energia elétrica, anteriormente a 31 de outubro de 2003, não poderiam ser caracterizados como contratos com preços pré-determinados e, assim, sobre essas receitas incidiriam as contribuições do PIS e da COFINS não cumulativos, conforme termos da Nota Técnica COSIT nº 01, de 16 de fevereiro de 2007, expedida pela Coordenação de Tributação da Receita Federal do Brasil e o Parecer PGFN/CAT nº 1.610/07. Fase: Foi dado provimento ao Recurso Especial do Procurador para reformar o acórdão proferido em sede de Recurso Voluntário que determinou o cancelamento da autuação. Em 21/06/2016, foram opostos Embargos de Declaração pela CGTEE, os quais se encontravam pendentes de apreciação. Valor da causa: R\$ 15.695. Valor da causa atualizado R\$ 24.567, não contingenciados.

Em razão do encerramento do processo no CARF de forma desfavorável, a Eletrobras CGTEE, através do Escritório Machado Meyer, Sendacz e Opice Advogados, irá interpor ação judicial anulatória, cuja probabilidade de êxito é possível.

Pedido de Restituição nº 11080.003212/2009-69

Trata-se de pedido de restituição de valores recolhidos a maior a título de contribuições ao PIS e à COFINS, sob o regime não-cumulativo, nas alíquotas de 1,65% e 7,6%, enquanto a companhia deveria ter recolhido as contribuições sob regime cumulativo (PIS - 0,65% e COFINS - 3%). Ao apreciar a Manifestação de Inconformidade a Receita Federal segregou a discussão, passando a analisar cada PER/DCOMP ou grupo de PER/DCOMPs, gerando além desse processo, outros processos administrativos. Fase: Recurso Especial/Embargos de Declaração. De acordo com o Escritório Machado Meyer, Sendacz e Opice Advogados, responsável pelo processo, a probabilidade de perda é possível. Valor da causa: R\$ 7.486. Valor da causa atualizado R\$ 12.539, não contingenciados.

Em razão do encerramento do processo no CARF de forma desfavorável, a Eletrobras CGTEE, através do Escritório Machado Meyer, Sendacz e Opice Advogados, irá interpor ação judicial anulatória, cuja probabilidade de êxito é possível.

(e) Contingências ambientais na esfera administrativa (IBAMA)

Autos de infração nºs: 1160, 9076519, 9089069, 9089070 e 16701

Em Setembro de 2016, o IBAMA notificou a Eletrobras CGTEE mediante os autos de infração acima, referente à aplicação de multas que totalizam R\$ 97.666. Os objetos dos autos de infração consistem em penalidades decorrentes de violação dos padrões de emissões atmosféricas e efluentes líquidos no Complexo Termelétrico de Candiota. A Eletrobras CGTEE apresentou defesa. Classifica-se a probabilidade de perda como possível.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Outras questões ambientais (*)

Usina termelétrica Presidente Médici

Em 13 de abril de 2011, foi celebrado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), entre a Eletrobras CGTEE, IBAMA, Eletrobras, Ministério de Minas e Energia, Ministério do Meio Ambiente e União, por intermédio da Advocacia Geral da União, para a adequação ambiental das Fases A e B da Usina Presidente Médici, localizada em Candiota - RS. O TAC inicialmente previa uma série de obrigações para a Eletrobras CGTEE até 31 de agosto de 2014.

Em 16 de agosto de 2013, foi celebrado o Primeiro Aditamento ao TAC, que prevê obrigações para a Eletrobras CGTEE até 31 de dezembro de 2017. Após a conclusão do TAC, espera-se a renovação pelo IBAMA da licença de operação da Usina Termelétrica Presidente Médici.

O TAC é gerenciado através de um portfólio de projetos e programas, nos quais as suas cláusulas foram agrupadas. Dentre os compromissos assumidos pela Eletrobras CGTEE, destaca-se a conclusão da modernização e da ampliação da rede de monitoramento da qualidade do ar, da qualidade das águas de chuva e das condições meteorológicas.

Do valor total estimado de R\$ 241.835, conforme acompanhamento financeiro até 30 de setembro de 2016, a realização foi de R\$ 52.583, sendo R\$ 34.565 alocados como investimento, e R\$ 18.018 alocados como custeio.

A Eletrobras CGTEE instaurou quatro processos licitatórios para contratação de sistema de abatimento de material particulado e SO₂ na Fase B, para redução das emissões atmosféricas da usina no meio ambiente, mas todos resultaram fracassados. A Companhia está em fase de renegociação desta obrigação do TAC junto aos demais signatários.

Conforme estimativa inicial (de 2011 a 2017), os valores envolvidos para os programas e projetos relacionados ao TAC, são os seguintes:

PROGRAMA / PROJETO	TÍTULO	ESTIMADO 2011 a 2017 (em Reais)	SITUAÇÃO ATUAL
Projeto 01	Adequação ambiental Fase B	184.975.725,00	Renegociação junto aos demais signatários do TAC
Projeto 02	Adequação ambiental Fase A	1.000.000,00	Plano de Descomissionamento encaminhado ao IBAMA Renegociação do prazo para interrupção da operação junto aos demais signatários do TAC
Projeto 03	Pavimentação das bacias de sedimentação	6.000.000,00	Concluído
Programa 04	Rede de monitoramento	5.048.463,00	Projeto: concluído / Monitoramento: em execução
Projeto 05	Modelagem de dispersão de gases na atmosfera	700.904,00	Concluído
Projeto 06.01	Medidas compensatórias (revegetação de 1.000 ha)	6.750.000,00	Plantio: concluído / Manutenção: em execução
Projeto 06.02	Medidas compensatórias (revegetação de 240.000 mudas)	2.650.000,00	Plantio: concluído / Manutenção: em execução
Projeto 06.03	Medidas compensatórias (Centro Cultural Candiota I)	7.750.000,00	Concluída a obra / Em execução: a aquisição parcial do mobiliário / Monitoramento: Relatório das Atividades Culturais Desenvolvidas (Pref. Mun. Candiota).
Programa 07	Programa de comunicação social	6.950.000,00	Relatório inicial: concluído / Programa de comunicação: em execução
Programa 08	Monitoramento de ruídos, gerenciamento de resíduos sólidos e efluentes	5.965.663,00	Em execução
Programa 09	Monitoramento contínuo das emissões atmosféricas das chaminés (Fases A e B)	1.415.232,00	Projeto: concluído / Monitoramento: em execução
Programa 10	Programa de operação das Fases A e B	-	Em execução
Projeto 11	Sistema de recirculação de efluentes líquidos	163.105,00	Concluído
Projeto 12	Projeto piloto beneficiamento de carvão (contrato CRM)	-	Projeto: Concluído / Fase Final Comissionamento pela CRM / Elaboração de Procedimentos do Teste de Queima do Carvão Beneficiado (CRM e CGTEE)
Programa 13	Estudos relativos à saúde da população (convênios CEVS)	1.200.000,00	Estudos do CEVS: concluído / Estudos da FURG: Em revisão
Projeto 14.01	Multa (cláusula vigésima oitava do TAC)	11.265.908,00	Concluído
Total dos programas / projetos		241.835.000,00	

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Benefícios pós-emprego

18.1 Plano de previdência complementar

A Companhia mantém um programa de benefícios previdenciários pós-emprego, complementar ao programa da Previdência Social, administrado pela Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE, da qual é patrocinadora por contrato de adesão não solidário.

A Fundação ELETROCEEE é uma entidade fechada de previdência complementar de característica multipatrocinada, sem fins lucrativos, voltada exclusivamente para administração de planos de benefícios previdenciários.

O plano de suplementação (Plano Único) é do tipo "benefício definido", com regime financeiro de capitalização, em que contribuem a Companhia e o empregado. Participam do programa os empregados admitidos na Companhia. Os benefícios garantidos pelo programa são os seguintes: suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, pecúlio, suplementação de pensão, auxílio reclusão, auxílio doença e complementação do abano anual.

Os ativos do plano são mantidos separadamente daqueles da Companhia e são contabilizados e controlados pela Fundação ELETROCEEE.

Para o atendimento do CPC 33 - "Benefícios a Empregados", o plano é avaliado anualmente por atuário independente contratado. A última avaliação ocorreu para a posição de 31 de dezembro de 2015, e seus efeitos estão relatados nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2015.

18.2 Programa de incentivo ao desligamento de pessoal

A Companhia, em conjunto com a Eletrobras, aplicou, em 2013, um programa de incentivo ao desligamento de pessoal – PID para seus colaboradores, do qual resta quitar as seguintes obrigações:

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Plano de Saúde para empregados - PID 2013	344	660
Total Circulante	344	660
Plano de Saúde para empregados - PID 2013	1.262	1.262
Total Não Circulante	1.262	1.262
Total	1.606	1.922

19 Remuneração aos acionistas

A Companhia tem o seguinte saldo de dividendos a distribuir, relativos aos resultados dos exercícios de 2010 e de 2011:

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Dividendos a distribuir		
Eletrobras	82.724	74.907
Outros	23	21
Total	82.747	74.928

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Segue movimentação em 30 de setembro de 2016:

Saldo em 31/12/2015	<u>74.928</u>
(+/-) Variação monetária sobre dividendos não distribuídos	7.819
Saldo em 30/09/2016	<u><u>82.747</u></u>

Segue movimentação no exercício de 2015:

Saldo em 31/12/2014	<u>66.195</u>
(+/-) Variação monetária sobre dividendos não distribuídos	8.733
Saldo em 31/12/2015	<u><u>74.928</u></u>

20 Adiantamento para futuro aumento de capital

A Companhia tomou recursos junto a sua controladora para futuro aumento de capital. As obrigações advindas destas origens de recursos estão registradas no passivo não circulante.

A movimentação dos adiantamentos está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2015</u>	<u>Ingressos</u>	<u>Variação monetária</u>	<u>30/09/2016</u>
Contratos				
ECF 2941/2011	5.208	-	544	5.752
ECF 2941/2011-A	16.503	-	1.724	18.227
ECF 3219/2014	52.565	-	10.173	62.738
RES 0123/2015	32.709	-	6.330	39.039
RES 0123/2015-A	13.520	-	2.260	15.780
RES 0069/2016-A	-	165.442	-	165.442
RES 0069/2016	-	3.667	-	3.667
RES 0680/2015	-	52.555	-	52.555
RES 0069/2016-B	-	50.000	-	50.000
RES 0069/2016-C	-	1.377	-	1.377
RES 0069/2016-D	-	25.005	-	25.005
RES 0069/2016-E	-	5.509	-	5.509
RES 0136/2016	-	8.714	-	8.714
RES 0177/2016	-	8.092	-	8.092
RES 0357/2016	-	8.844	-	8.844
RES 0370/2016	-	8.499	-	8.499
Total	<u><u>120.505</u></u>	<u><u>337.704</u></u>	<u><u>21.031</u></u>	<u><u>479.240</u></u>

Do saldo referente ao ingresso de AFAC, nos nove primeiros meses de 2016, R\$ 95.880 foram utilizados diretamente para abatimento de passivo com fornecedor. Assim, a Companhia não incluiu esse saldo como atividade de financiamento na Demonstração dos Fluxos de Caixa, por não

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

representar movimento de caixa. Os reflexos dessa movimentação compõem a variação dos saldos das atividades operacionais, na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

21 Outros passivos

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Pesquisa e desenvolvimento (i)	22.491	18.993
Credores diversos (ii)	11.722	9.391
Acordos judiciais (iii)	20.748	-
Total	<u>54.961</u>	<u>28.384</u>

(i) Pesquisa e desenvolvimento

A Lei nº 9.991 de 24 de julho de 2000 dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, estabelecendo em seu artigo 2º que "as concessionárias de geração e empresas autorizadas à produção independente ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento".

A Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004 alterou a Lei nº 9.991, estabelecendo em seu artigo 12, que do total aplicado anualmente em pesquisa e desenvolvimento devem ser destinados 40% ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, 20% para o Ministério de Minas e Energia - MME, a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos e 40% em projetos desenvolvidos pela própria empresa.

Alinhado com as novas orientações para a realização de projetos de P&D, a Companhia está procurando investir no desenvolvimento de tecnologias para inovação do sistema de combustão do carvão e biomassa, mitigação ambiental e eficiência energética.

(ii) Credores diversos

A Companhia registra neste grupo apropriações de contas a pagar pelo reconhecimento de obrigações para fins operacionais diversos.

(iii) Acordos judiciais

O saldo de R\$ 20.748 em 30 de setembro de 2016 representa o saldo remanescente de acordo judicial no processo nº 001/1.07.0056529-2, descrito na Nota 17.b, onde são partes a Eletrobras CGTEE e a CEEE-D. O acordo prevê o pagamento em oito parcelas, das quais duas já foram amortizadas.

22 Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda

O imposto de renda pessoa jurídica e a contribuição social estão sendo calculados pelo regime de apuração do lucro real anual, de acordo com o artigo 2º da Lei nº 9.430/1996.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia acumula prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social sobre o lucro, de caráter imprescritível, nos valores de R\$ 2.696.297 (R\$ 2.138.548 em 30 de setembro de 2015) e R\$ 2.696.534 (R\$ 2.138.785 em 30 de setembro de 2015) respectivamente. O CPC 32 - Tributos sobre os Lucros estabelece condições para o registro contábil do ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Essas condições incluem expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, que comprovam a realização do ativo fiscal diferido. O ativo fiscal diferido sobre tais prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não foi reconhecido nas demonstrações financeiras considerando que as condições para registro não estão asseguradas. Tal ativo representaria, em 30 de setembro de 2016, respectivamente, R\$ 674.050 (R\$ 534.613 em 30 de setembro de 2015) e R\$ 242.688 (R\$ 192.491 em 30 de setembro de 2015).

(c) Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	30/09/2016		30/09/2015	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	(396.362)	(396.362)	(363.118)	(363.118)
Efeitos líquido de provisões temporariamente não dedutíveis - constituídas/(realizadas)	385	385	(93.769)	(93.769)
	(395.977)	(395.977)	(456.887)	(456.887)
Despesas não dedutíveis	2.443	2.443	4.027	4.027
Lucro real e base da CSLL antes das compensações	(393.534)	(393.534)	(452.860)	(452.860)
Base de cálculo do IRPJ e CSLL após compensações	(393.534)	(393.534)	(452.860)	(452.860)
IRPJ e CSLL do período	-	-	-	-

	3º trimestre de 2016		3º trimestre de 2015	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	(83.473)	(83.473)	(71.219)	(71.219)
Efeitos líquido de provisões temporariamente não dedutíveis - constituídas/(realizadas)	96.929	96.929	(92.758)	(92.758)
	13.456	13.456	(163.977)	(163.977)
Despesas não dedutíveis	1.930	1.930	1.441	1.441
Lucro real e base da CSLL antes das compensações	15.386	15.386	(162.536)	(162.536)
Base de cálculo do IRPJ e CSLL após compensações	15.386	15.386	(162.536)	(162.536)
IRPJ e CSLL do período	-	-	-	-

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Patrimônio líquido

23.1 Capital social

O capital social, totalmente integralizado, é composto por ações ordinárias nominativas, sem valores nominais, pertencentes a acionistas domiciliados no país.

As ações estão distribuídas conforme segue:

	Quantidade de ações em 30/09/2016 e em 31/12/2015			
	Ordinárias	Total	Saldo em R\$ mil	Percentual
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras	8.161.020.279	8.161.020.279	845.461	99,993%
Outros	592.355	592.355	77	0,007%
Subtotal	8.161.612.634	8.161.612.634	845.538	100,000%
(-) Ações em tesouraria	(224.279)	(224.279)	(28)	-
Total	8.161.388.355	8.161.388.355	845.510	100,000%

23.2 Reserva de lucros

Em 30 de setembro de 2016, é constituída unicamente pela reserva legal.

	30/09/2016	31/12/2015
Reserva Legal	2.596	2.596
Total	2.596	2.596

24 Receita operacional líquida

	30/09/2016	3º trimestre de 2016	30/09/2015	3º trimestre de 2015
Suprimento de energia elétrica	528.094	263.016	331.520	140.286
Venda de cinzas	2.902	744	2.663	971
Aluguéis	17	6	15	5
Total receita operacional bruta	531.013	263.766	334.198	141.262
ICMS	(322)	(89)	(260)	(103)
COFINS	(33.669)	(22.397)	(15.367)	(5.862)
PIS/PASEP	(7.308)	(4.861)	(3.334)	(1.272)
Total impostos e contribuições	(41.299)	(27.347)	(18.961)	(7.237)
RGR	(9.428)	(2.719)	(11.655)	(7.119)
P&D	(5.051)	(2.304)	(2.497)	(785)
Total encargos setoriais	(14.479)	(5.023)	(14.152)	(7.904)
Total deduções à receita operacional	(55.778)	(32.370)	(33.113)	(15.141)
Total	475.235	231.396	301.085	126.121

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEAR's) do 1º leilão de energia nova preveem ressarcimento às concessionárias clientes, por parte da Companhia, nos casos de indisponibilidade na geração das usinas da Companhia. A Companhia contabiliza sua receita com base no valor líquido a receber, já considerando eventuais ressarcimentos, conforme regras de comercialização da CCEE.

25 Custos e despesas operacionais

	30/09/2016			30/09/2015		
	Custo operacional	Despesa operacional	Total	Custo operacional	Despesa operacional	Total
Energia comprada para revenda	(174.296)	-	(174.296)	(90.727)	-	(90.727)
Encargos de uso da rede	(32.410)	-	(32.410)	(28.554)	-	(28.554)
Pessoal	(67.851)	(20.904)	(88.755)	(63.868)	(20.693)	(84.561)
Materiais	(68.440)	(457)	(68.897)	(69.046)	(186)	(69.232)
Serviços de Terceiros	(39.165)	(6.484)	(45.649)	(36.735)	(7.525)	(44.260)
Depreciação e Amortização	(53.736)	(880)	(54.616)	(57.250)	(886)	(58.136)
Provisões para contingências	-	(9.378)	(9.378)	-	(10.975)	(10.975)
Matéria-Prima e Insumos Prod. Energia Elétrica	(124.279)	-	(124.279)	(137.577)	-	(137.577)
(-) Recup.Despesas Subvenção Combustíveis	89.725	-	89.725	128.589	-	128.589
Outras	(13.350)	(32.937)	(46.287)	(11.538)	(10.093)	(21.631)
Total	(483.802)	(71.040)	(554.842)	(366.706)	(50.358)	(417.064)

	3º trimestre de 2016			3º trimestre de 2015		
	Custo operacional	Despesa operacional	Total	Custo operacional	Despesa operacional	Total
Energia comprada para revenda	(79.735)	-	(79.735)	5.388	-	5.388
Encargos de uso da rede	(11.741)	-	(11.741)	(10.489)	-	(10.489)
Pessoal	(25.120)	(9.174)	(34.294)	(27.360)	(9.397)	(36.757)
Materiais	(24.597)	(128)	(24.725)	(22.363)	(49)	(22.412)
Serviços de Terceiros	(10.331)	(2.826)	(13.157)	(11.237)	(2.903)	(14.140)
Depreciação e Amortização	(18.067)	(302)	(18.369)	(17.960)	(291)	(18.251)
Provisões para contingências	-	(3.404)	(3.404)	-	(5.147)	(5.147)
Matéria-Prima e Insumos Prod. Energia Elétrica	(40.518)	-	(40.518)	(53.001)	-	(53.001)
(-) Recup.Despesas Subvenção Combustíveis	28.897	-	28.897	49.362	-	49.362
Outras	(3.986)	(11.917)	(15.903)	(3.532)	(3.939)	(7.471)
Total	(185.198)	(27.751)	(212.949)	(91.192)	(21.726)	(112.918)

25.1 Energia comprada para revenda

Em 2016, assim como em 2015, a Companhia precisou adquirir energia elétrica para cumprir seus contratos de comercialização.

A Companhia mantém contratos de compra de energia junto à Eletronorte, que totalizam 135 MW médios mensais até dezembro de 2019, e 109 MW médios entre janeiro de 2020 e dezembro de 2023. Para demandas adicionais, a Companhia recorre ao Mercado de Curto Prazo da CCEE.

O acréscimo nos gastos com compra de energia, em comparação ao mesmo período de 2015, ocorreu em função da contabilização de estorno, em 2015, de provisão efetuada no exercício de 2014 para ressarcimento às distribuidoras clientes, que não se concretizou totalmente.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25.2 Outras despesas operacionais

O acréscimo nas despesas operacionais em 2016 ocorreu principalmente pelo aumento nos gastos em processos judiciais trabalhistas, movidos por empregados terceirizados..

26 Resultado financeiro

	30/09/2016	3º trimestre de 2016	30/09/2015	3º trimestre de 2015
Rendimento de aplicações financeiras	4.242	2.398	114	-
Variações monetárias e cambiais ativas	2.787	-	44	-
Outras receitas financeiras	701	441	505	134
Total receitas	7.730	2.839	663	134
Encargos da dívida (i)	(309.920)	(100.695)	(231.855)	(79.482)
Variações cambiais passivas	(57)	(6)	(416)	(147)
Outras despesas financeiras	(14.569)	(4.057)	(15.159)	(4.259)
Total despesas	(324.546)	(104.758)	(247.430)	(83.888)
Total	(316.816)	(101.919)	(246.767)	(83.754)

(i) Encargos da dívida

O saldo crescente de empréstimos da Companhia ocasionou o aumento verificado nas despesas com encargos da dívida entre os nove primeiros meses de 2016 e o mesmo período de 2015.

27 Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros, diretores e o chefe da auditoria interna.

	30/09/2016	3º trimestre de 2016	30/09/2015	3º trimestre de 2015
Remuneração	(2.598)	(1.118)	(1.204)	(432)
Encargos sociais	(624)	(253)	(288)	(104)
Benefícios	(37)	(16)	(71)	(38)
Total	(3.259)	(1.387)	(1.563)	(574)

28 Instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, dentre os quais se destacam: contas a receber de clientes, direito de ressarcimento, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos que se encontram registrados em contas patrimoniais, por valores compatíveis de mercado.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Recebíveis		
Clientes	128.414	86.540
Direito de ressarcimento - CCC/CDE	16.740	46.930
Mensurados ao valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	102.260	5.190
Total ativos financeiros	<u>247.414</u>	<u>138.660</u>
Mensurados ao custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	2.651.853	2.413.235
Fornecedores	145.440	251.314
Total passivos financeiros	<u>2.797.293</u>	<u>2.664.549</u>

A Companhia não efetuou em 30 de setembro de 2016, operações com características de derivativos, definidos no CPC 38 - "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração".

A Companhia mantém contratos de fornecimentos de Carvão com a CRM - Companhia Rio-grandense de Mineração, para atender suas unidades de produção em Candiota/RS. Em relação a estes contratos, a Companhia detém direitos de recebimento de subvenção para aquisição de combustíveis para produção de energia através da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), administrada pela Eletrobras. Desta forma, a maior parcela dos gastos com combustíveis destinados à geração é subsidiada.

29 Estimativa do valor justo

A Companhia pressupõe que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a eventual estimativa de perda com créditos de liquidação duvidosa, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado.

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração:

- i) Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1);
- ii) Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2);
- iii) Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

Abaixo, a Companhia apresenta o saldo dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado:

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	30/09/2016	
	Nível 1	Total
Caixa e equivalentes de caixa	102.260	102.260
Total	102.260	102.260

	31/12/2015	
	Nível 1	Total
Caixa e equivalentes de caixa	5.190	5.190
Total	5.190	5.190

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos, quando mantidos pela Companhia, são incluídos no Nível 1.

A Companhia não mantém instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), tais instrumentos, quando existem, têm seus valores determinados mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Acrescenta-se, também, que a Companhia não detém instrumentos financeiros classificáveis no Nível 3. Os instrumentos financeiros são classificáveis neste nível quando uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado.

O CPC 38 - "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração" estabeleceu mecanismos para a divulgação do valor de mercado dos instrumentos financeiros reconhecidos, ou não, nas demonstrações financeiras. Todos os ativos e passivos enquadrados como instrumentos financeiros (empréstimos, aplicações financeiras e outros), incluídos nas presentes demonstrações financeiras intermediárias, não apresentam diferenças entre o valor de mercado e o contábil.

30 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar sua estrutura de capital, são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e qualidade nas obrigações previstas no contrato de concessão, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para a redução dos seus custos.

Os índices de alavancagem financeira podem ser sumariados conforme a seguir:

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	30/09/2016	31/12/2015
Financiamentos e empréstimos	2.651.853	2.413.235
Fornecedores	145.440	251.314
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(102.260)	(5.190)
(-) Conta de consumo de combustíveis - CCC/CDE	(16.740)	(46.930)
Dívida líquida	2.678.293	2.612.429
Patrimônio líquido	(1.606.990)	(1.210.628)
Total do capital	1.071.303	1.401.801
Índice de alavancagem financeira	250,0%	186,4%

31 Gestão de risco financeiro

No exercício de suas atividades a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico/financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

a) Risco com taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia apresentou, em 30 de setembro de 2016, passivos em moeda estrangeira, conforme demonstrado abaixo:

	30/09/2016	31/12/2015
Passivos		
Dólar norte-americano	545	656
Total	545	656

b) Risco com taxa de juros

Esse risco está associado à possibilidade da Companhia contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras, relativas a contratos de captação externa.

	30/09/2016	31/12/2015
Passivos		
Selic	1.520.731	1.054.544
IPCA	600.488	697.012
Juros contratuais	1.009.874	782.184
Total	3.131.093	2.533.740

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Risco de liquidez

A Companhia atua no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazo, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Passivos	30/09/2016			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores	126.520	4.730	7.095	7.095
Empréstimos e financiamentos	317.520	328.468	916.457	1.089.408
Obrigações estimadas	16.461	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	479.240	-	-
Total		812.438	923.552	1.096.503

Passivos	31/12/2015			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores	232.394	2.365	7.095	9.460
Empréstimos e financiamentos	339.120	244.887	734.838	1.094.390
Obrigações estimadas	12.871	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	120.505	-	-
Total	584.385	367.757	741.933	1.103.850

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações permitindo que a Companhia identifique se irá encontrar dificuldades que possam afetar a capacidade de pagamento da empresa, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

d) Risco de preço

Com a Lei nº 12.783/2013, a remuneração das concessionárias geradoras hídricas passa a ser por tarifa determinada pela ANEEL. Já os contratos da Companhia se manterão inalterados até a divulgação, pela ANEEL, das regras de renovação das concessões térmicas.

Nas situações em que a Companhia precisa adquirir energia para complementar sua geração própria, ela o faz no mercado de curto prazo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), ficando, assim, exposta à variação do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

e) Risco quanto à escassez de energia no mercado

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas, já que parte da energia vendida pela Companhia é adquirida no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), energia esta gerada basicamente por usinas hidrelétricas, que dependem do volume de água em

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

seus reservatórios para funcionamento. Um período prolongado de escassez de chuva pode reduzir o volume de água dos reservatórios das usinas e resultar em perdas devido ao aumento dos custos com compra de energia elétrica necessária para a Companhia cumprir seus contratos de suprimento.

Quando há escassez de chuva, as usinas térmicas são despachadas pelo ONS à plena carga (despacho por mérito) para otimização do sistema. O despacho por mérito é limitado à disponibilidade da usina (índices de indisponibilidades - TEIP e TEIF), e estes índices entram no cálculo da garantia física.

- (i) Os índices de indisponibilidades (TEIP e TEIF) ajustam a garantia física da usina.
- (ii) Quando a soma dos 12 meses das garantias físicas for menor que a soma dos 12 meses dos contratos (lastro de venda) o agente é penalizado.

Pelas regras de mercado, o agente pode firmar contrato de compra de energia para constituir sua garantia física e assim reduzir sua exposição ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) e reduzir a penalidade por insuficiência de lastro.

A exposição ao mercado de curto prazo é calculada com base no PLD.

A penalidade será determinada com base no montante de insuficiência de lastro multiplicado pela média ponderada mensal dos PLD's dos períodos de apuração em que se verificou a insuficiência de lastro ou o Valor Anual de Referência (VR), o que for maior.

Em 2016, o valor do VR foi de R\$ 104,03/MWh (R\$ 80,69/MWh em 2015) - conforme despacho SEM/ANEEL nº 289/2014.

32 Análise de sensibilidade

32.1 Moeda estrangeira

Foram realizadas análises de sensibilidade dos passivos expostos à variação cambial em quatro cenários: dois com elevação das taxas de câmbio e dois com diminuição ao final de 2016:

a) Depreciação dos índices

Passivos	Saldo em moeda estrangeira em milhares em 30/09/2016	Saldo em milhares de R\$ em 30/09/2016	Cotação em R\$			Valor em milhares de R\$		
			Cenário provável em 2016	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário provável em 2016	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dólar	168	545	3,2500	2,4375	1,6250	546	410	273
Total	168	545	-	-	-	546	410	273

b) Apreciação dos índices

Passivos	Saldo em moeda estrangeira em milhares em 30/09/2016	Saldo em milhares de R\$ em 30/09/2016	Cotação em R\$			Valor em milhares de R\$		
			Cenário provável em 2016	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário provável em 2016	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Dólar	168	545	3,2500	4,0625	4,8750	546	683	819
Total	168	545	-	-	-	546	683	819

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

32.2 Taxa de juros

Foram realizadas análises de sensibilidade dos ativos e passivos indexados à taxa de juros pós-fixada em quatro diferentes cenários: dois com elevação das taxas do saldo devedor e dois com diminuição dessas taxas, ao final de 2016. As análises limitaram-se aos contratos concedidos que apresentem exposição à taxa de juros variável.

a) Depreciação dos índices

Passivos	Saldo em 30/09/2016	Índice (%)			Valor		
		Cenário provável em 2016	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário provável em 2016	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Selic*	1.520.731	13,7500	10,3125	6,8750	1.573.006	1.559.937	1.546.869
IPCA**	600.488	1,4500	1,0875	0,7250	609.195	607.018	604.842
Total	2.121.219	-	-	-	2.182.201	2.166.955	2.151.711

*Anual

**4º Trimestre

b) Apreciação dos índices

Passivos	Saldo em 30/09/2016	Índice (%)			Valor		
		Cenário provável em 2016	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário provável em 2016	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Selic*	1.520.731	13,7500	17,1875	20,6250	1.573.006	1.586.075	1.599.144
IPCA**	600.488	1,4500	1,8125	2,1750	609.195	611.372	613.549
Total	2.121.219	-	-	-	2.182.201	2.197.447	2.212.693

*Anual

**4º Trimestre

33 Saldos e transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada integral da Eletrobras. Até 30 de setembro de 2016, a Companhia realizou transações com empresas do grupo Eletrobras conforme demonstrado abaixo:

Ativos	Cientes	Direito de ressarcimento - CCC/CDE	30/09/2016	31/12/2015
CEAL	2.696	-	2.696	203
CEPISA	2.854	-	2.854	264
CELG-D	7.334	-	7.334	1.190
ELETROBRAS	-	16.740	16.740	46.930
Total do ativo	12.884	16.740	29.624	48.587

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivos	Fornecedores	Empréstimos e financiamentos	Dividendos a distribuir	Adiantamento para futuro aumento de capital	30/09/2016	31/12/2015
FURNAS	378	-	-	-	378	84
CHESF	305	-	-	-	305	65
ELETROSUL	307	-	-	-	307	72
ELETRONORTE	55.481	-	-	-	55.481	113.328
ELETOBRAS	-	2.651.853	82.747	479.240	3.213.840	2.609.042
Total do passivo	56.471	2.651.853	82.747	479.240	3.270.311	2.722.591

Receitas	Venda de energia	Ressarcimento de combustíveis	30/09/2016	30/09/2015
CEAL	2.778	-	2.778	781
CEPISA	5.487	-	5.487	420
CELG-D	22.446	-	22.446	4.916
ELETOBRAS	-	89.725	89.725	128.589
Total da receita	30.711	89.725	120.436	134.706

Despesas	Compra de energia	Uso da rede elétrica	Despesa financeira	30/09/2016	30/09/2015
FURNAS	-	(2.700)	-	(2.700)	(1.707)
CHESF	-	(2.260)	-	(2.260)	(1.495)
ELETROSUL	-	(3.108)	-	(3.108)	(1.630)
ELETRONORTE	(148.187)	(2.043)	(6.671)	(156.901)	(144.966)
ELETOBRAS	-	-	(303.975)	(303.975)	(224.522)
Total da despesa	(148.187)	(10.111)	(310.646)	(468.944)	(374.320)

34 Compromissos operacionais de longo prazo

Os principais compromissos operacionais de longo prazo da Companhia são os seguintes:

a) Venda de energia

A Companhia fornece energia de acordo com contratos firmados através de leilões de energia.

Como compromisso de longo prazo, está apenas o 1º leilão de energia de novos empreendimentos, com contratos vigentes até o ano de 2024.

Os saldos estimados relativos à venda de energia para os próximos anos estão mostrados a seguir:

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Venda de energia 1º leilão	
	R\$ mil	MWh
2017	508.896	2.557.920
2018/2019	1.017.792	5.115.840
2020/2021	1.017.792	5.115.840
Após 2021	1.526.688	7.673.760
Total	4.071.168	20.463.360

b) Aquisição de combustíveis

A Companhia adquire carvão mineral da Companhia Rio-grandense de Mineração (CRM), com a seguinte previsão para os próximos exercícios:

	Aquisição de carvão	
	R\$ mil	Toneladas
2017	115.345	2.499.996
2018/2019	230.690	4.999.992
2020/2021	230.690	4.999.992
Após 2021	346.035	7.499.988
Total	922.760	19.999.968

c) Aquisição de insumos

A Companhia adquire cal, para controle das emissões de resíduos das suas usinas, com a seguinte previsão para os próximos exercícios:

	Aquisição de cal	
	R\$ mil	Toneladas
2017	29.352	40.552
2018/2019	58.704	81.104
2020	29.352	40.552
Total	117.408	162.208

d) Compra de energia

A Companhia mantém contratos de compra de energia com a Eletronorte. Abaixo, segue previsão de desembolso para os próximos exercícios:

	Compra de energia	
	R\$ mil	MWh
2017	210.360	1.205.280
2018/2019	420.720	2.410.560
2020/2021	350.489	1.946.304
Após 2021	350.489	1.946.304
Total	1.332.058	7.508.448

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

35 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência está demonstrada a seguir:

Risco	Data de vencimento			30/09/2016	31/12/2015
		Importância Segurada	Prêmio total	Prêmio a apropriar	Prêmio a apropriar
Responsabilidade Civil - Fases A, B e C	31.12.16	20.000	140	35	-
Riscos Operacionais Fase C	31.12.16	1.100.000	4.583	1.146	-
Riscos Operacionais Fases A e B	31.12.16	966.100	1.964	491	-
		<u>2.086.100</u>	<u>6.687</u>	<u>1.672</u>	<u>-</u>

* * *

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2016**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Francisco Romário Wojcicki
Diretor Presidente

Celso de Oliveira Sant'Anna
Diretor de Finanças

Ricardo Luiz de Souza Licks
Diretor de Engenharia, Expansão e Meio Ambiente

Rubem Abrahão Gonçalves Filho
Diretor de Geração

José Parizzotto
Diretor Administrativo

Nelson Batista Prestes
Contador CRC-RS 46.431